

JORNAL DOS DEBATES

POLITICOS E LITTERARIOS DE 1838.

Publica-se regularmente por semana, ás Quintas feiras. Subscree-se n'esta Typographia o annuo por trimestre, por semestre, e por anno.

RIO DE JANEIRO, TYPOGRAPHIA DO DIARIO, DE S. L. VIANNA — RUA DA LUIZA, N.º 19.

INTERIOR.

Estávamos á muito tempo habituados á ver calumniadas as nossas intenções, falsificadas nossas ideias, e nossos pensamentos, nossas opiniões adulteradas e envenenadas pelo Journalismo Ministerial. Elle se havia enganado á nosso respeito, acreditando que as censuras, que faziamos á alguns actos do actual Gabinete, eram movidas por interesses particulares, por mesquinhos despoitos: as mais atrozes injurias nos foram á esmo lançadas pelo *Sae de Abril*, e pelo *Chronista*, que nos não comprehendiam, e por isso nos atacavam. Triste é sem duvida a posição d'aquelles homens, que só sabem exprimir os sentimentos de seu coração, que escutam os dictames de sua consciencia, que attendem aos interesses e necessidades do seu paiz, que proclamam a verdade e a justiça, embora suas palavras desagradem aos partidos extremos, que cegos pela paixão, allucinados pelo despeito, acreditam ver a justiça no que não passa de capricho! Triste é sem duvida a posição d'esses escriptores conscienciosos, que acima dos interesses dos partidos, acima dos caprichos dos que governam, percebem e descobrem o bem de seu paiz, á cujo serviço firmemente se consagraram! Chegou por fim o turno do *Parlamentar*: não nos achou desapercibido, á muito que esperavamos suas injurias.

Não sabemos inexpressar nem fisiongear aquelles, que o não merecem. Não sabemos conhecer e seguir o capricho na politica. Estaremos entretanto sempre promptos á tecer louvores á quem for d'elles digno; ao governo, quando seus actos harmonisarem com as necessidades do paiz; á opposição, quando ella mostrar *por factos*, e *por obras*, que procura o bem e a prosperidade do Brasil! A consciencia é o nosso guia, a justiça o nosso fim, e a ley o meio de que nós queremos servir.

Em um pequeno artigo inserido no nosso n.º 17.º, havíamos tecido ao Sr. *Vdz Vieira* aquelles encomios, á que tinham direito o seu brillan-

te talento; as suas bellas qualidades, e o seu puro patriotismo; e como dissemos que elle sustentara dignamente uma renhida publicista com o Sr. *Montezuma*, á respeito da concessão de privilegios, na qual apparecentara uma total ignorancia á parte de uma fúria e de um d'iceno. Infelizmente a *Parlamentar* não pôde pensar, que com isto, haviamos atacado o Sr. *Montezuma*, um dos chefes do partido extremo, á quem elle pertence, e descarregou as suas iras sobre o Sr. *Vdz Vieira*, pagando elle pela franqueza, que tivemos em elogia-lo. E não contente em injuriar um dos nossos jovens mais talentosos, uma das esperanças da Tribuna Brasileira, mimoseou-nos tambem com o delicado titulo de *assalariados* do *5.º mil contos*.

Pela nossa parte cordalmente agradecemos ao nosso collega os seus insultos, e não nos abazamos em lhe dar resposta... elles vem do *Parlamentar*! São portanto compensados pelos elogios de todos os homens de bem.

Á respeito do communicado, que publicamos, relativamente ás *massadas* dos Srs. *Rosende*, *Aleucar*, *A. Machado*, e *Ottomi*, o seu auctor que lhe responde!

Resta-nos agradecer tambem ao *Parlamentar* a antipathia, que lhe merecem esses moços apenas sahidos das aulas, que não tem a ditã de partilhar as ideias revolucionarias do nosso illustre Collega. O epitheto de venalidade, que lhes applica a folha da extrema opposição, em vez de os rebaixar, manifesta claramente, que é muito sincero e verdadeiro o amor, que elles nutrem pela patria; por isso que não podem agradar á aquelles que ousão eloyar gritos sediciosos e anarchicos em um paiz ameaçado de continuas e terriveis revoluções, e aonde existe um tão grande numero de escravos; ha muita differença entre os sentimentos da nossa brillante mocidade, que quer paz, socego, e tranquillidade, e os sentimentos d'aquelles que ousam clamar no Brasil — Agitação e mais agitação! Escravos levantai-vos, é tempo de batter!

Os Chefes do partido da opposição, e de extrema opposição, são os Srs. *Alves Branco*, *Vezigueira*, *Paulista*, *Alves Branco*, *Paranhos*, e *Ferreira de Mello*. Invenham-se, por favor, com o Sr. *Alves Branco* da Fazenda por haver tão mal pensadoamente nomeado o Sr. *Alves Branco* para Inspector do Thesouro do Rio de Janeiro. Alem da sua incapacidade para tal logar, por isso que constantemente da parte de deante, e muitas vezes se digna comparecer ás sessões do emprego, deixando o serviço national, e desapparecendo a parte do seu dinheiro, com muita frequência elevam-se contra o Sr. *Alves Branco* diversas accusações, que até agora não tem sido respondidas. O Sr. *Alves Branco* foi Ministro do ex-gerente, mostrou em que estado os seus actos uma incapacidade, e como a prova apaz de um espirito de desobediencia de patronato, e como foi julgada digno pelo Sr. *Canabarro* para occupar o importante cargo de Inspector da Thesouraria d'esta Provincia? — E para ainda mais patentear as suas qualidades, o Sr. *Alves Branco*, empregado do actual Governo, poem-se á frente da *opposiçãõ extrema*, ghereja o Gabinete, e oppoem-se á marcha regular da administração. Até quando conservará o Sr. Ministro da Fazenda um tal individuo na Inspectoria do Thesouro?

Promettimos em o n.º passado defender o Presidente actual do Ceará das malevolas e injustas arguições, que na tribuna parlamentar lhe tem dirigido um Deputado por aquella Provincia. Esta promessa foi sagrada, e leva-nos cumpri-la com promptidão. Não nos move a penna a idea de liarver minguido o credito e honradez do Sr. *Manuel Felisardo* com accusações tão futeis, quanto contraproducentes; mas não podemos, nem devemos deixar passar desapercibidas expressões algumas, que tenham sido empregadas no recinto do Corpo Legislativo, com o intuito de macular e nodoar a opinião publica, de que goza qualquer homem honrado, sincero, e puro amigo do seu paiz;

tanto mais que existem pessoas menos precavidas contra as imputações do despeito e do rancor, que tudo recebem, e tudo crêm.

Apenas chegou á Capital do Ceará o Sr. *Manuel Felisardo*, revestido do importante cargo de Presidente, os asseclas do seu antecessor fiseram-lhe uma *Corte assidua*, acreditando que elle se deixaria levar por suas paixões, e seus caprichos, e que não haveria mudança senão no nome d'aquelle, que occupava o primeiro lugar da Província: d'estarte continuariam a ser os Alencar e os Castros Silvas senhores e poderstas. Mas como fallaram seus planos, como se não realisaram suas esperanças, por que o novo Presidente ia de firme tenção á procurar e faser o bem da Província, que lhe tinha sido confiada, e não queria acceder aos caprichos d'aquelles, que tantas vezes transgrediram as leys, e commetteram os mais horribes atentados, declararam-se elles logo seus inimigos, esforçando-se desde então á oppor grandes obstaculos á realisação de seus patrióticos desejos. Eis aqui factos, que não poderão ser contestados, embora a má fé, a mania de deprimir o credito alheio, o rancor pessoal, e o despeito de ambições malogradas, procurem negar.

Todos os inimigos do engrandecimento e progressos da Província do Ceará, todos esses homens, que se acreditavam superiores ás leys, e ás instituições do paiz, uniram seus clamores contra o novo Presidente, e deram poderes bastantes á um primo do ex-Presidente, que fôra elevado á representação nacional por vis, e baixas intrigas, e pela influencia da força e do poder governativo, para servir de interprete na tribuna nacional á seus rancorosos sentimentos contra o Sr. *Manuel Felisardo*.

Abre-se a Sessão de 1858, e o Reverendo Primo não tarda á mostrar-se digno do mandato, que recebera. — Este Governo é malvado, tyranno, inimigo do Brasil, por que mandou para a minha Província um homem, que não partilha as opiniões de meu augusto e Reverendo Primo, digno ex-Presidente do Ceará, que não quer obedecer ás suas ordens, seguir os seus dictames — E' portanto o Sr. *Manuel Felisardo* um despota, um flagello da Província! —

Eis o que disse a 1.^a vez o illustre Representante da Nação, á respeito do Sr. *Manuel Felisardo*, contentando-se com poder insulta-lo na tribuna, sem provar, sem documentar as suas asserções. Mas rogado pelo Sr. Ministro da Justiça, e pelo Sr. *Carneiro Leão*, para appresentar alguns factos, que corroborassem o que havia avançado, pediu treguas por al-

guns dias, e recorreu ao estudo e ao exame. Quando pela segunda vez padio a palavra, vindo, segundo suas proprias palavras, carregado de factos, de documentos, e de provas, a que applicára longa, e profunda meditação, todos os illustres Representantes da Nação prepararam os ouvidos, guardaram um religioso silencio, e esperavam ouvir troar n'aquelle recinto uma d'essas tremendas accusações, que eternamente se conservassem nos annaes da historia Brasileira, como monumento de eloquencia, e de patriotismo. Pessoas havia nas gallerias, que acreditavam ver na figura do Sr. Reverendo Alencar, na sua posição, nas suas maneiras um novo Cicero, accusando os *Verres*, e os *Catilinas*, segundo no-lo fizessem reconhecer os bustos, que nos legaram os antigos. Outras apostavam, que mais se assemelhava elle então ao famoso *Sardan*, quando com uma voz de Stentor stigmatizou o despotismo e as crueldades de *Warren Hastings*. Mas ah! como todos se enganaram! como fallou tudo quanto se esperava! Os expectadores, vendo baldada sua expectativa, notando uma tão insipida, quanto despresivel accusação, olhavam-se uns para os outros, rindo-se de piedade!...

Reduzio-se toda a accusação contra o Sr. *Manuel Felisardo* aos seguintes artigos — 1.^o, por haver mandado recrutar na Província, e ainda que elle se baseasse na Ley do recrutamento, o não deviu faser, por causa da secça, que houve no Ceará, e por que era tempo de plantação. — Queria, accaso o nobre Deputado, que o Presidente, governando em nome da Ley, a não fizesse cumprir e executar? E quando a guerra civil lavrava e destruiu tres Provincias importantissimas do Imperio, quando para conservar a integridade, para defender a Constituição e o Throno Imperial, necessitava o Governo de Tropas, deveria accaso o Sr. *Manuel Felisardo*, alem de faltar ao cumprimento da Ley, que positiva e claramente lhe ordenava o recrutamento, meditar sobre a secça, e lembrar-se, que estava em Fevereiro em Março, que era o tempo, em que se cria o gado na Província do Ceará? Não, não padecem com essa medida a lavoura, não padecem a criação, como affirmou o Sr. Deputado no recinto Legislativo; é falso que não podesse á classe pobre plantar, é falso, que os grandes proprietarios se não pudessem servir d'ella. O Presidente cumprio a ley, e com o seu cumprimento, em vez de causar esses males á Província, fez-lhe grandes bens, por isso que recrutou e empregou a gente vadia, e que nada tinha que faser, e que era pro-

pria a commetter crimes, si continuasse á aperta-la a fome.

A 2.^a accusação procede de que o Presidente mandou executar os devedores da fazenda publica. Ora é de mister muita audacia, para querer transformar o zelo e actividade de um Presidente para arrecadar os dinheiros nacionaes, em um grande crime, em um crime horrendo! Talvez fosse o Sr. Alencar algum dos devedores executados!...

Passou depois á censurar as demissões, que deu o Sr. *Manuel Felisardo*, e achou-as tambem criminosas de *lesa magestade*. Demittio o novo Presidente á um Coronel de Legião, que se insubordinará ás suas ordens, e que era intimo amigo da familia Alencar, segundo a confissão do nobre Deputado accusador. Ora esta é forte... Escandalossissima, embora se diga, que para manter a boa disciplina, seja de mister castigar os insubordinados!... Embora se diga que a Ley faculta ao Presidente o direito de demittir a empregados d'essa classe! Mas um intimo amigo do ex-Presidente, deveria merecer maiores considerações e respeito!... Por faser essa desfeita tão formal ao Coronel, não commetteu o Presidente um tão horroroso crime?

Demittio mais o Secretario da Presidencia, que tambem era amigo e assecla do Sr. Alencar, por ineptidão, e incapacidade; ora é tambem fortissima esta accusação!... Demittir um empregado incapaz, inepto, e amigo do ex-Presidente!... Que attentado!... E depois nomeia ainda em cima um Bacharel formado para o logar!... Um Bacharel!... Que crime horrendo!... apesar de lhe conceder a Ley tal direito!...

Demittio mais o Promotor publico, que não era formado, e fez executar a Ley, que ordena que um formado seja preferido. E ahí vem outro *Bacharel*, com quem parece o Sr. *Manuel Felisardo* sympathisar, e de quem não gosta o Sr. Rev. Alencar!

Fallou ainda o illustre Primo do ex-Presidente do Ceará da nomeação do capataz dos trabalhadores, a qual, segundo elle, chamou a odio-sidade da Província inteira contra o Presidente, e quasi que prodasio violentas commoções e terriveis desordens na Província. Ora este logar de capataz dos trabalhadores é tão elevado, influe tanto sobre a prosperidade do paiz, e sobre os costumes e religião do povo, que nós sabemos como com effeito se não revolucionou a Província!... Sem duvida que oppoz-se á esses movimentos sediciosos a grandesa d'ama do Sr. Peixoto Alencar!...

Eis todas as accusações, nem-umas

mais restam; o nobre Deputado não affirma. E como ousa o Sr Alencar accusar um Presidente por haver cumprido a Ley? Esta accusação é nova e original, estava reservada ao *vastissimo talento do Sr. Reverendo*.

O que sobretudo nos espanta, é que "ainda se achem d'esses *assaltariados Jornalistas, e Deputados*, que ousem pugnar por Manuel Felisardo. O Ceará lhe agradece os seus serviços, exalta o seu talento, elogia sua administração, e dá publicos signaes de gratidão ao actual Governo, par haver enviado para seu Presidente, um tão honrado, quanto digno patriota; mas as familias dos Alencares e Castros Silvas, que nem um interesse tem com tal presidente, o não podem soffrer, e obram bem em accusa-lo, e insulta-lo!

Mas antes de tudo, deveria o Sr. Presidente Alencar lembrar-se de que, si está na Camara dos Deputados, deve agradecer aos despotismos e arbitrariedades de seu Primo, quando Presidente, que por meio da auctoridade e da força, forçou o povo á nomea-lo seu Representante, como o poderão comprovar diversas representações de um grande de cidadãos prestimosos e honrados d'aquella Provincia, dirigidas á Camara dos Deputados, e em que elles se queixam das arbitrariedades commettidas pelo ex Presidente para esse fim, e da força, e do poder, que elle empregou, para encartar no seio da Representação nacional individuos tão desconceituados pela opinião publica, como o Sr. Peixoto Alencar.

Respondendo ao artigo do *Philotectes*, correspondente do Jornal do Commercio, acerca das eleições para Deputados, á que tão irregular, e anarquicamente se procedeu nas Provincias de Sergipe e Parahiba, cumpre-nos, antes de tudo agradecer-lhe as delicadas expressões, com que se dignou honrar-nos. Todas as vezes, que uma discussão qualquer vê-se despidida de personalidades, é baseada sobre principios, e se sustenta com argumentos, torna-se ella, além do interesse, que deve at trahir por sua natureza, ou circumstancias, um objecto de necessidade, de instrucção, e de proveito para todos. Nós folgamos com ter por adversario aquelle, que á um estylo facil e elegante sabe unir uma seria e decente argumentação.

Os tres principios emmittidos pelo JORNAL DOS DEBATES n.º 18.º d'este anno, sobre que baseára o seu parecer a illustre Commissão de poderes da Camara electiva, e que também serviram-nos de base para o defendermos e apoiarmos, principios

demonstrado pelo espirito das nossas Leys fundaméntaes, e ensinados por todos os escriptores, que se tem occupado com as sciencias sociais e juridicas, não são contestados, antes aceitos e reconhecidos pelo *Philotectes*; na sua verdade e demonstração convimos ambos: a controversia pois consiste somente, 1.º em saber si devem ou não ser elles applicados ás eleições da Parahiba e Sergipe; e em 2.º si quando mesmo applicados, dão em resultado a opinião emmittida pela illustre Commissão, sustentada e defendida por nós.

Os principios são estes — 1.º: *A pena não deve passar da pessoa do delinquente* — 2.º: *O principio da maioria está consagrado nos governos representativos* — 3.º: *Só a Camara dos Deputados compete conhecer a validade, ou invalidade das eleições de seus membros*. Passemos portanto agora a expender a nossa opinião, á sustentar as nossas asserções, combatendo ao mesmo tempo os argumentos appresentados pelo *Philotectes*. E para maior claresa, adoptemos a mesma ordem, sigamos passo á passo as suas ideas.

Collegios Eleitoraes houveram nas Provincias de Sergipe e Parahiba, que em despeito das Leys regulamentares, em despeito da justiça, da razão, e do bom senso, procederam illegal, e anarchicamente nas eleições, que se fiseram para Deputados. A Commissão de Constituição e Poderes julgou, que se deviam riscar os votos d'esses collegios, que haviam assim transgredido as Leys, contando-se somente a votação d'aquelles, que com ordem, regularidade, e segundo a Ley, cumpriram com seu mandato, e chamando-se para o seio da representação nacional aquelles individuos, que mais votados foram por estes. Havião collegios delinquentes, e também existião innocentes. Logo pode-se, e deve-se applicar o principio de punição para os malversores. E o que fez a illustre Commissão? Separou os criminosos dos innocentes. Contou os votos d'estes, e disse aos outros — *Vós fosteis infieis ao vosso mandato, transgredisteis a Ley, calcasteis nos pés os vossos deveres, mereceis uma pena, não tendes votos*. — Panio portanto somente os culpados, e não passou a pena da pessoa dos delinquentes. Si annullasse as eleições inteiras das Provincias, como quer o *Philotectes*, então sim, a illustre Commissão não teria bem applicado o 1.º principio; então sim haveria injustiça notoria e completa.

Havemos pois exuberantemente demonstrado, 1.º que se devia applicar o principio, por que haviam

delinquentes; 2.º, que a applicação feita pela Commissão é razoavel, e justa.

A maioria dos Collegios procedeu com regularidade nas suas eleições; foram portanto contados todos os seus votos. Alguns collegios porém, em pequeno numero, exorbitaram de seus poderes, e tão anarchicamente precederam, que só elles, que de ordinario contam 40 á 50 Eleitores, appresentaram uma votação de 5, 4, e 5 mil votos, vindo portanto a minoria á dominar, e a decidir dos destinos d'aquellas Provincias. O principio da maioria porém está consagrado nos governos representativos; devia portanto ser applicado ao caso vertente, e sua applicação dá por resultado a victoria e o triumpho aos Collegios, que se deixaram guiar pela Ley. E o que fez a Commissão de poderes da Camara dos Deputados? Riscando os votos da minoria, não fiseram passar a pena da pessoa dos delinquentes, e consagraram o principio da maioria nos governos representativos. Si acaso obrasse da maneira adoptada pelo *Philotectes*, annullando as eleições inteiras das Provincias, então sem duvida alguma, que elles faltarão ao mesmo principio, que reconhece como verdadeiro e demonstrado o nosso mesmo adversario.

Falta-nos somente demonstrar agora o 3.º principio, reconhecer como verdadeira a sua applicação, conforme a appresentou no seu parecer a illustre Commissão.

Mas, diz o nosso adversario, o reconhecimento d'este principio não pode arrancar ao Governo o dever de executar as Leys, e portanto intervir legalmente nas eleições, para que ellas se façam com ordem, e com regularidade. Mas ha uma grande differença entre o cuidado, que deve ter o governo pela execução das Leys, e o direito que se irrogou o governo transacto, mandando proceder á novas eleições, quando aliás esse direito de validade ou invalidade de eleições pertence especial e exclusivamente á Camara dos Deputados. Achamos de nem-um fundamento, e de nem-uma paridade a comparação entre o caso apontado pelo *Philotectes*, em que um carrasco aconteça presidir uma mesa parochial, e o caso de se mandar proceder á novas eleições por exorbitante augmento de Eleitores: portanto forramo-nos á resposta d'este topico. Temos pois exuberantemente demonstrado, que o Governo deve velar e cuidar, em que se proceda ás eleições com ordem, e regularidade, servindo-se dos meios, que lhe faculta a Ley, para manter o segredo, e nunca que elle tenha di-

reito á annullar umas Eleições por estes ou aquelles motivos, e despoticamente mandar proceder á outras.

A illustre Commissão pois, annuciando o seu parecer, consagrou e validou os tres principios, reconhecidos verdadeiros pelo nosso proprio adversario, fez d'elles uma excellente, razoavel, e justa applicação ás eleições da Provincia de Sergipe, e da Parahiba, e claramente patenteou, que os seus membros não eram animados por desejos de favorecer estes ou aquelles individuos, de incensar estas ou aquellas paixões, mas sim pelo espirito de justiça, rectidão, e boa fé, que caracteriza cada um dos seus membros em particular.

Passemos agora á esmerilhar, e á destruir um ou outro argumento, que apresentasse o nosso adversario, e que por ventura se nao incluisse no numero dos que acima rebattemos. Escapar-nos-hia talvez algum, e não queremos deixar de responder ao melhor d'elles.

— *Que culpa tem algumas das freguezias, que procederam legalmente, pelas illegalidades committidas por outras, que perfazem o total das collegio eleitoral?* — Pergunta o nosso adversario, e continúa — *Logo pagam alguns innocentes.* Mas quem procedeu illegalmente? Foram os collegios, e por ventura não são elles o total, ou fusão dos eleitores das freguezias? Si o total peccou, si os membros, que o compõem, peccaram, apresentando uma tão monstruosa irregularidade, como se deve exceptuar uma freguezia, uma fracção do collegio, que malversou? — *Mas as actas podiam ser subtraidas pelos cabalistas* — diz o nosso Philotectes, e esquece-se de que, para arredar um tão triste e perigoso accidente, o parecer da Commissão é o melhor meio, de que se possa lançar mão, por isso que stigmatiza, e annulla o que não for legal e justo. Nisto não ha confusão de bom e máo, como quer affirmar o correspondente do Jornal do Commercio; ha justiça nos meios, justiça nos fins.

— *Mas sem duvida que frou-se a illustre Commissão nas representações dos Presidentes, para poder averiguar e bem examinar as faltas, e vícios, que houveram nas eleições, logo achou-se em contradicção com o principio por ella mesma emittido, de que é suspeito o poder executivo, deixando-se por elle influir n'essas averiguações.* — Eis o que acrescenta o Philotectes; mas por ventura por que a Commissão deu ouvidos ás representações das Camaras Municipaes e Presidentes, segue-se que se deixasse ella influir por essas auctoridades puramente administrativas? Segue-se que está em

contradição com as mesmas ideas, que professa no seu parecer? Achamos muito pueril uma tal logica, perdoo-nos o Philotectes a nossa franquesa.

— *O principio da maioria é para as decisões, e não para as exclusões.*

— Mas o parecer é uma decisão, logo que seja adoptado pela Camara dos Deputados, e quanto ao exemplo dos Juizes, que nos aponta o nosso adversario, o achamos inapplicavel, e sem paridade com o caso presente.

Julgamos dever cessar, tanto mais que estamos intimamente persuadidos, de que havemos victoriosamente defendido o parecer da illustre Commissão de Constituição e Poderes da Camara dos Deputados, e sustentado a nossa opinião, acerca d'aquellas eleições. Voltaremos ao assumpto, si os nossos adversarios apresentarem novos argumentos.

CORRESPONDENCIAS.

Sr. Redactor.

Lendo o *Parlamentar* de Sábado, não pôde noster a indignação, que borbulhava no meu peito, notando n'essas malditas columnas estampada uma famosa calumnia, d'essas calumnias ferozes, que infamam o caracter do homem, e enegrecem sua reputação. Otá, si o Sr. Henrique de Resende não fosse Sacerdote, de certo, que com as armas na mão deveria desafiar para o Campo de São-ta Theresia aquelle detestavel periodico!... Pois, que infamia inaudita, e estúpida!... ouz caluniar o nosso muito digno Reverendo de Pernambuco, esse excoo compositor, e tirador de emendas, esse preclaro auctor do grande projecto do assassinato juridico do Sr. D. Pedro I., esse fallador eterno, e desapparecido, verdadeira bigorna de todos os ouvidos, assassino da intelligencia humana!... Quem tal creia! E o brejeiro do *Parlamentar*, para doirar a pilula, que o pobre Padre ingulio, affirma, com um ar de capacocio, que se descobre muito bem á f. vista, que o Sr. Resende raciocina com vigor, é tem uma forte, e brilhante logica!...

O como soffrerá o Sr. Resende uma tal calumnia, provida do Periodico, que defende a minoria, á que elle ora se achá ligado!... Caluniar suas qualidades intellectuaes, dizendo que elle é excellent Orador, que raciocina com vigor, e tem forte logica!... Nem nunca passou pela idea do Sr. Resende semelhante cousa!... Elle é homem de consciencia, e portanto pode muito bem ver, que a minoria se diverte á sua custa!...

E já que o illustre Representante se não defende, cu em seu nome, e como seu amigo sincero, protesto e desmento tudo quanto disse o *Parlamentar* á seu respeito!... Não, Srs. brejeiros! O Sr. Resende nunca foi Orador; nem em tal conta se teve; nunca raciocinou com vigor, nem conheceu essas malditas teorias de criança, que chamam Logica!... Não continem, por que se devem lembrar, que a calumnia é como o carrão, quando não queima, enegrece. Viram? Otá agora vamos aos factos, para tirar-lhe essas catarras dos olhos!...

Tratava-se da dotação das filhas do Sr. Andrada, e como se fallasse de herdeiros necessarios e forçados, pette a palavra o Sr. Padre Resende, e assim se enuncia — Sr. Presidente, como não sou legista, quero saber, para me orientar, qual das filhas do illustre morto é a mais forçada!... Ora todos puzeram-se á rir, mas que miseraveis! Ao Sr. Resende é permitido não saber d'isto, mal sabe lei o seu brejeiro, e foram-o encerrar na tribuna nacional!... Neves alpinas não cobrem suas cabeças; troncos bonzós nunca o defenderam; nem filho da Deusa da Paphos nem o grande Alimallá o favoreceram na infancia; ella não nasceu em um paraíso!... Que querem que elle diga!...

Outro solido argumento do Sr. Resende — Sr. Presidente, ignorando as intenções do illustre Deputado, voto contra o projecto da emenda! — 3.º e por ora ultima hezesa do Sr. Reverendo. — Sr. Presidente, eu voto pela minha omenda, por que todo o mundo gosta de ver passar a procição pela sua porta!...

São factos estes, Sr. Parlamentar, que Vm. não pode negar; o Sr. Padre é homem muito serio, não está para attura-lo, nem ser insultado por alguns jagodes, como são Vms.; não é o Sr. Reverendo qualquer marenhão, que se acobarda com o peso dos moluculos Poliphénios; nem recheio da aguada Thetis, força ligenta de irritadas lanças, para poder responder-lhe da mesma maneira: cala-se pois, quando não, os illustres Aleazar, e Resende pedirão soccorros ao Sargento de Campanhas, e os ratos de botica, a farinha, e os carpapatos do Ceará lhe darão cabo da pelle. Acertando, Sr. Redactor, esta defesa feita ao Sr. Resende, muito obrigará á seu velho amigo —

Legalista.

Sr. Redactor.

E que lhe parecem as cartas, lidas na sessão de 25 de maio pelo exmo. parlamentar, o Sr. Montezuma, cartas, que elle diz serem do punho do faginhoso Bento Gonçalves? De que servirão ao nobre deputado essas cartas. Sr. Redactor? Quanto á mim, é a essa a opinião de muita gente sensata. O Sr. Montezuma, com a leitura de tais cartas, fez o seu corpo de delicto, e se mostrou altamente complice em grave falta! Nunca, nunca nós poderíamos persuadir que a perspicacia do nobre deputado escapasse ao conhecimento do vicio, que corria sua vacillante, sinio quasi extinta reputação politica, em a apresentação, digo mal com a leitura de tais cartas, no momento, que lhe são feitas censuras fundadas pelo passo imprudente; que deu com a remessa de Bento Gonçalves para a Bahia, para uma provincia, que elle malto bem sabia, que estava em fermentação revolucionaria. Dig-o que quizer o illustre parlamentar; ninguém acredita na sua defesa; porque, quando factos semelhantes fallão contra um individuo, que é opinião publica já condemnou por suas revoltantes torbididades politicas, nada valem tergiversações semelhantes; pelo contrario ellas só servem de agravar a posição d'aquelle, cujos erros, divisiões, e falta de fé cubriam de odiosidades, e máflices geracos. O bom senso de nação já fez ao illustre deputado a justiça, que lhe é devida; a nação já o inscreveo na lista dos que tem mal merecido da patria, que, estandallizada contra seu illimitado egoismo, pelo pouco amor, que consagra á verdade, pelo nem-um réo, com que tratara os interesses mais vitais do paiz, não coube mais a elle.

Eu aconselharia ao Sr. Deputado que lançasse os olhos em torno de si, e attentasse no descrédito, que geralmente mereco, e não sem motivos ponderosos; por que na mente de todos os Brasileiros está bem gravada toda a conduta politica do Deputado, que hoje na tribuna emprega todos os recursos do talento, que recebeo da natureza, não para fazer bens á patria, não para concórrer com seus collegas para a grande obra de reconstrução do edificio social, que tão violentos embates tem recebido das facções destruidoras, sim, para tornar mais triste, mais assustadora a situação pouco agradavel, em que se acha o paiz. Não seria prudente que o nobre deputado tratasse de ir com uma conduta regular recobrando o seu delinhado credito? A razão lh'a aconsella, seus proprios interesses lh'a ordenão. Pelo menos tanto o Sr. Montezuma o comportamento muito mais digno do Sr. Limpo. Este é opposicionista, e opposicionista extremo, porém sabe sempre guardar uma certa decencia nos seus gestos, nas suas discussões que muito differem dos gestos insultantes, das accusações sobre manôira escrimoniosas d'aquelle Sr. Eu sei, Sr. Redactor, que Vm. é affeição-do do Sr. Montezuma; por isso espero que se não negará a dar-lhe estes conselhos, que, tornando-se-lhe uteis, serão também de algum modo proficuos á boa marcha da camara; por que já os animos não se irritarão tanto com suas provocações. Eu espero que o Sr. Redactor dará publicidade á estas reflexões de — Um seu leitor.

N.B. Por ter havido engano no pagamento, tirou-se nova edição, que é hoje destruidas.